

FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	254420-FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ	HIRLEI GLEICE VALE DE SOUZA LOUREIRO	04/05/2026 09:55 (v 0.11)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	282/2026	25380.006486/2025-50

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de prestação de serviços, de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra em serviços na área de atenção à saúde do trabalhador (promoção, prevenção, assistência e vigilância em saúde do trabalhador) – CST/Cogepe, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSER (*)	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (Mensal)	VALOR TOTAL (Anual)
1	Contratação de prestação de serviços, de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra em serviços na área de atenção à saúde do trabalhador (promoção, prevenção, assistência e vigilância em saúde do trabalhador) – CST /Cogepe, conforme TR.	5380 (Prestação de serviços de apoio administrativo)	Serviço	1	R\$ 897.330,46	R\$ 10.767. 965,48

Quantidade de Postos:

--	--	--	--	--	--	--

Posto	Cargo	CBO	Experiência Mínima	Carga horária	Quantitativo	Local da prestação de serviços
1	Analista em Informação em Saúde	4153-10	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área das especialidades específicas do cargo.	40h	4	Rio de Janeiro
2	Arquiteta(o) Especialista em Acústica Ambiental	2141	Experiência mínima de 4 (quatro) anos na área das especialidades específicas do cargo.	30h	1	Rio de Janeiro
3	Assistente Social	2516-05	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área das especialidades específicas do cargo.	30h	4	Rio de Janeiro
4	Educador Físico	2241-40	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área das especialidades específicas do cargo.	40h	2	Rio de Janeiro
5	Enfermeiro(a) do Trabalho	2535-30	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de Saúde do Trabalhador	40h	5	Rio de Janeiro
6	Analista de gestão Saúde do Trabalhador	2521-05	Experiência mínima de 4 (quatro) anos na área de Saúde do Trabalhador	40h	2	Rio de Janeiro
7		2149-15	Experiência mínima de 4 (quatro) anos na	30h	2	Rio de Janeiro

	Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho		área de Saúde do Trabalhador			
8	Farmacêutico(a)	2234-05	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área ambulatorial, hospitalar ou saúde pública.	40h	1	Rio de Janeiro
9	Fisioterapeuta do trabalho	2236-60	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área das especialidades específicas do cargo.	30h	2	Rio de Janeiro
10	Médico(a) do Trabalho	2251-40	Experiência mínima de 4 (quatro) anos na área de Saúde do Trabalhador	20h	5	Rio de Janeiro
11	Médico(a) do Trabalho	2251-40	Experiência mínima de 4 (quatro) anos na área de Saúde do Trabalhador	20h	1	Recife
12	Nutricionista	2237-10	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área das especialidades específicas do cargo.	40h	3	Rio de Janeiro
13	Psicólogo(a) em Saúde do Trabalhador	2515-40	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área das especialidades específicas do cargo.	40h	3	Rio de Janeiro
14		3222-15	Experiência mínima de 2 (dois) anos na	40h	6	Rio de Janeiro

	Técnico(a) de Enfermagem do Trabalho		área de saúde do trabalhador.			
15	Técnico(a) de Enfermagem do Trabalho	3222-15	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de saúde do trabalhador.	40h	1	Recife
16	Técnico(a) de Segurança do Trabalho	3565-05	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de saúde do trabalhador ou segurança do trabalho.	40h	4	Rio de Janeiro
17	Técnico(a) de Segurança do Trabalho	3565-05	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de saúde do trabalhador ou segurança do trabalho.	40h	1	Recife
Total de Postos			—		47	

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do ETP.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que a interrupção das atividades de apoio ou administrativa comprometem diretamente as necessidades da Unidade e consequentemente o cumprimento da missão institucional (TCU. Acórdão nº 132/2018 – Segunda Câmara), sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os estudos preliminares

Prazo de vigência

1.4.O prazo de vigência da contratação será de 1 ano, contado a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

1.5.O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSID

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP, apêndice deste TR.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de (2026), DFD 1038/2025, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000001/2026

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 08/04/2025

2.2.3. Id do item no PCA: 778

2.2.4. Classe/Grupo: Serviços Administrativos do Governo (911)

2.2.5. Identificador da Futura Contratação: 254420-282/2026

2.2.6. Código do Item (CATSER): 5380 - (Prestação de serviços de apoio técnico)

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP, apêndice deste TR.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Visto que o objeto a ser contratado é composto pela prestação de serviços e, a fim de nortear os critérios de sustentabilidade que deverão ser observados, destacam-se a Instrução Normativa nº 01/2010, bem como o Decreto nº 7.746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

4.2. Os critérios de sustentabilidade da licitante deverão estar alinhados com os projetos de Sustentabilidade e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Institucional, que visam promover ações com foco ambiental, econômico e social, por meio de diversas ações, devendo ser um dever no cotidiano de todos.

4.3. A contratada deverá incentivar seus funcionários às boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, tais como:

4.3.1. Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada;

4.3.2. Adotar e/ou manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de energia;

4.3.3. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas, dentre outras ações sustentáveis;

4.3.4. Orientar seus empregados para colaborarem de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela Fiocruz.

4.3.5. O preposto deverá atuar como facilitador das mudanças de comportamento dos empregados da contratada.

4.3.6. Atentar-se às práticas e critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela Fiocruz, bem como deverá estar apta a segui-los.

4.3.7. Com o intuito de resguardar o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada, será adotado como controle interno: Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pelo órgão competente do Governo Federal;

4.3.7.1. Tal controle interno tem o condão de resguardar a responsabilidade subsidiária da contratante e de evitar que abandonos unilaterais da contratada prejudiquem os trabalhadores na preservação dos direitos legalmente estabelecidos.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor **anual** da contratação.

4.6. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas

4.6.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.6.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.6.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.6.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.7. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.10. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.10.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.11. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.11.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.11.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.11.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.12. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.14. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada .

4.16. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.16.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.17.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.17.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.18.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.18.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.18.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.19. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência

Vistoria

4.22. A avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado é facultada, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10h00min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min. A visita poderá ser agendada com a CST através do endereço eletrônico: secretaria.cst@fiocruz.br ou através do telefone: (21) 3836-2165

4.23. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.24. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.25. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.26. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.27. Uma vez facultada a realização da vistoria prévia no TR, os interessados terão três opções para cumprir o requisito de habilitação correspondente, conforme §§2º e 3º do art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021, a saber:

- a) realizar a vistoria e atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço;
- b) atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço;
- c) declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.27.1. A hipótese “a” dispensa maiores comentários, a não ser o de que é o próprio licitante que atesta conhecer o local e as condições, e não a Administração que tem o ônus de emitir o atestado de vistoria.

4.27.2. Já na hipótese “b”, o licitante não necessariamente realiza a vistoria facultada na licitação, mas, da mesma forma, atesta que conhece o local da obra ou serviço, além das respectivas condições de execução, pressupondo-se que já tenha comparecido anteriormente ao local para poder emitir a declaração sem incorrer em falsidade ideológica. Isso pode ocorrer sobretudo quando se trata de empresa que já prestou serviços no mesmo local ou já realizou vistoria em outra oportunidade.

4.27.3. Por fim, na hipótese “c”, não se declara que conhece o local, e sim as condições e peculiaridades da contratação em sua plenitude. Por isso que, em contrapartida, a declaração deve ser firmada pelo responsável técnico, que poderá chegar a esse conhecimento com base nas disposições do edital e anexos, somada à sua experiência profissional, que lhe permite emitir a declaração sem conhecer o local e sem incorrer em falsidade.

Instalação de escritório

4.28. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município do Rio de Janeiro, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, no prazo máximo de 90(noventa) dias contar da data de assinatura do contrato.

Outros requisitos para contratação

4.29 De acordo com do Decreto nº 12.304 de 9 de dezembro de 2024, a contratada deverá implantar programas de Integridade, visando:

4.29.1 – Estar em conformidade com todos os requisitos legais aplicáveis à Fundação, principalmente, os que regulamentam as atividades laborais, bem como aos princípios e regras subscritas no Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.

4.29.2. – Aderir/Adequar-se às políticas da Fiocruz de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e outras violências no trabalho, de equidade de gênero e raça, e de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

4.29.3. – Possuir ética e integridade em todas as suas atividades, bem como manter uma área, com independência e autonomia, para atuar continuamente, como autoridade na prevenção, mitigação de riscos e dando o devido tratamento a eventuais irregularidades, principalmente aos atos que causem prejuízo ao Poder Público e à sociedade.

4.29.4. – Assegurar e comprovar a existência de um canal de comunicação permanente e efetivo com a contratante, colaboradores, fornecedores e com a sociedade para receber relatos de possíveis irregularidades, realizando sua apuração e seu tratamento com intuito de mitigar seus efeitos.

4.29.5. – Manter a Ouvidoria Geral da Fiocruz informada sobre os tratamentos dados as manifestações de irregularidades.

4.29.6. Empresa Promotora da Saúde Mental - É considerado requisito desejável que a empresa contratada esteja enquadrada na Lei nº 14.831, de 27 de março de 2024, que institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental. Tal certificação demonstra o compromisso com a promoção do bem-estar psicológico dos colaboradores, incluindo implementação de programas voltados à saúde mental, acesso a apoio psicológico ou psiquiátrico, treinamentos de conscientização, canais seguros para denúncias e práticas de prevenção ao assédio e discriminação, conforme exigido pela legislação. A certificação, válida por dois anos e renovável mediante comprovação da manutenção das práticas, deverá ser comprovada por meio de documento hábil."

4.29. De acordo com o parecer MPRJ 2018.00641023 de 22 de novembro de 2018, Anexo , é desejável que licitante seja participante do Programa Empresa Cidadã, a fim de promover a responsabilidade social e fortalecer parcerias sustentáveis. Instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.052/2009, o programa tem como objetivo prorrogar em sessenta dias a duração da licença-maternidade e em quinze dias, além dos cinco dias já estabelecidos, a duração da licença-paternidade (Lei nº 13.257/2016). Como sabido, o programa oferece incentivos fiscais às empresas. Além disso, contribui para a melhoria do clima organizacional ao promover o bem-estar dos funcionários e fortalece a imagem da empresa por meio da responsabilidade social.

4.30. De acordo com decreto Nº 11.430, de 8 DE março de 2023 , nas contratações de prestação de serviços de mão de obra, será exigido das empresas contratadas o cumprimento do percentual de contratação de mulheres em situação de violência doméstica, em no mínimo de 8% por cento das vagas.

4.31. As ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho será critério de desempate , nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em até 30 dias após assinatura do contato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: Os serviços serão executados na Sede, no Rio de Janeiro – Campus de Manguinhos: Fundação Oswaldo Cruz, situada na Avenida Brasil nº 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ; no Instituto

Fernandes Figueira (IFF) situado na Av. Rui Barbosa, 716, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ; e em Recife/PE no Instituto Aggeu Magalhães (IAM/Fiocruz) situado na Av. Professor Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária, Recife/PE, com carga horária de 40, 30 e 20 horas semanais, entre 6h às 18h de segunda a sexta-feira.

5.1.3. A definição e especificação dos serviços a serem realizados da Prestação de serviços na área de atenção à saúde do trabalhador, estão presentes no Anexo I deste Termo de Referência.

5.1.4. A Administração adotará o critério da remuneração por postos de trabalho, tendo em vista a inviabilidade da adoção exclusiva do critério de aferição de resultados, conforme exceção prevista no Anexo V, 2.6, d.1.2, da IN Seges/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017.

5.1.5. Estão estimados para essa contratação 47 postos de trabalho, com escolaridade e demais requisitos descritos na nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com as habilitações específicas para a prestação dos serviços aqui previstos, sendo responsabilidade da Contratada alocar os profissionais capazes de realizar as atividades, de acordo com este TR.

5.1.6. A rotina de trabalho dos profissionais alocados na prestação dos serviços contratados deverão ser as que previamente forem informadas pela contratante a contratada. A fiscalização do contrato manterá comunicação permanente com o preposto para os devidos ajustes na rotina e nas demandas das áreas.

5.1.7. A escolaridade, habilitação e demais pré-requisitos para cada perfil deverão ser comprovados pela Contratada, mediante a apresentação de diploma ou certificado emitido por instituição legalmente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

5.1.8. A cada solicitação da Contratante para novas contratações de profissionais, a Contratada terá 10 (dez) dias úteis para atendê-la, devendo, neste prazo, efetuar o recrutamento, a seleção e o encaminhamento a Contratante para atendimento, será de inteira responsabilidade da Contratada assegurar a prestação satisfatória dos serviços durante os horários definidos pela Contratante.

5.1.9. Em razão do disposto no artigo 74, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), combinado com o artigo 2º da Portaria nº 373/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, a Contratada deverá realizar o controle de jornada de trabalho para controle de assiduidade e pontualidade de seus empregados; O controle da jornada de trabalho nas dependências da Contratante, independente do Campus, deverá ser efetuado por meio de sistema integrado de controle de jornada de trabalho, fornecido pela Contratada, a saber:

a) Biometria com disponibilização de relógio de ponto.

b) Outro método permitido por lei deverá ser empregado para aferir a frequência dos postos de trabalho.

c) O sistema de controle de jornada deverá possibilitar que os colaboradores possam registrar a jornada de trabalho nos equipamentos instalados pela Contratada nas dependências da Contratante.

5.1.10. Não serão descontados e nem computados como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 05 (cinco) minutos, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos diários, conforme CLT, art. 58, § 1º.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Campus da Fiocruz/Campus de Manguinhos: Fundação Oswaldo Cruz, situada na Avenida Brasil nº 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ; no Instituto Fernandes Figueira (IFF) situado na Av. Rui Barbosa, 716, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ; e em Recife/PE no Instituto Aggeu Magalhães (IAM/Fiocruz) situado na Av. Professor Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária, Recife/PE

5.3. Horário da prestação de serviço: 40, 30 ou 20 horas semanais de 06h00min às 18h00min

5.3.1. Por ser um serviço continuado a periodicidade das atividades desses serviços deverão ser realizadas de forma ininterrupta, respeitando o descanso semanal conforme a legislação.

5.3.2. Em caso de necessidade de ampliação da duração diária do trabalho por razões de serviço, o excesso de horas do dia, de acordo com a legislação vigente, deverá ser compensado em até 3 (três) meses.

5.3.3. Caso o horário de expediente na Unidade seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação.

5.3.4. Tendo em vista o disposto no Artigo 74, §2º, da CLT e no Artigo 2º da Portaria n.º 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Contratada deverá realizar o controle de jornada de trabalho para controle de assiduidade e pontualidade de seus empregados.

5.3.5. O controle da jornada de trabalho nas dependências da CST, deverá ser efetuado por meio de sistema alternativo de controle de jornada de trabalho, conforme item 5.1.9

5.3.6. A possibilidade de trabalho remoto (teletrabalho) deverá observar as diretrizes constantes da “Nota Técnica para Teletrabalho”, anexo deste TR, elaborada pelo Grupo de Trabalho de Terceirização, criado através da Portaria nº 03, de 18 de maio de 2022, da Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional da Fiocruz.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas que previamente forem informadas pela contratante à Contratada. A fiscalização do contrato manterá comunicação permanente com o preposto para os devidos ajustes na rotina e nas demandas das áreas.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Não será necessário o fornecimento de materiais e fardamento.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda da Fiocruz tem como base as seguintes características:

5.6.1. Devido à natureza do trabalho a ser executado, a contratação ocorrerá por meio de postos de trabalho, conforme apurado nos estudos preliminares.

5.6.2. Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar profissionais especializados com as competências necessárias à prestação dos serviços demandados, conforme requisitos descritos nos perfis.

5.6.3. A área técnica requisitante projetou o quantitativo considerado adequado para os serviços dimensionados para os postos de ocupação imediata, ou ainda, à medida da necessidade e da disponibilidade orçamentária, ocupar os postos dimensionados para necessidades eventuais.

5.6.4. A ocupação eventual poderá ocorrer durante o contrato, de acordo com estimativa das quantidades previstas neste documento, com a previsão de incremento de até 25% (vinte e cinco por cento) em casos de necessidade de aumento da demanda, conforme previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.5. Estrutura técnica e requisitos profissionais.

Posto	Cargo	CBO	Experiência Min.	CH	Qttv	Local da prestação de serviços	Salário (min. estimado em 2026)
1	Analista em Informação em Saúde	4153-10	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área das especialidades específicas do cargo.	40h	4	Rio de Janeiro	R\$ 6.823,81

2	Arquiteta(o) Especialista em Acústica Ambiental	2141	Experiência mínima de 4 (quatro) anos na área das especialidades específicas do cargo.	30h	1	Rio de Janeiro	R\$ 8.718,73
3	Assistente Social	2516-05	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área das especialidades específicas do cargo.	30h	4	Rio de Janeiro	R\$ 6.823,81
4	Educador Físico	2241-40	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área das especialidades específicas do cargo.	40h	2	Rio de Janeiro	R\$ 6.823,81
5	Enfermeiro(a) do Trabalho	2535-30	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de Saúde do Trabalhador	40h	5	Rio de Janeiro	R\$ 7.358,65
6	Analista em Saúde do Trabalhador	2521-05	Experiência mínima de 4 (quatro) anos na área de Saúde do Trabalhador	40h	2	Rio de Janeiro	R\$ 8.600,00
7	Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho	2149-15	Experiência mínima de 4 (quatro) anos na área de Saúde do Trabalhador	30h	2	Rio de Janeiro	R\$ 8.718,73
8	Farmacêutico (a)	2234-05	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área ambulatorial, hospitalar ou saúde pública.	40h	1	Rio de Janeiro	R\$ 6.823,81
9	Fisioterapeuta do Trabalho	2236-60	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área das especialidades específicas do cargo.	30h	2	Rio de Janeiro	R\$ 6.843,78
10	Médico(a) do Trabalho	2251-40	Experiência mínima de 4 (quatro) anos na área de Saúde do Trabalhador	20h	5	Rio de Janeiro	R\$ 11.103,86
11	Médico(a) do Trabalho	2251-40	Experiência mínima de 4 (quatro) anos na área de Saúde do Trabalhador	20h	1	Recife	R\$ 11.103,86
12	Nutricionista	2237-10	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área das especialidades específicas do cargo.	40h	3	Rio de Janeiro	R\$ 6.823,81

13	Psicólogo(a) em Saúde do Trabalhador	2515-40	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área das especialidades específicas do cargo.	40h	3	Rio de Janeiro	R\$ 6.823,81
14	Técnico(a) de Enfermagem do Trabalho	3222-15	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de saúde do trabalhador.	40h	6	Rio de Janeiro	R\$ 4.911,47
15	Técnico(a) de Enfermagem do Trabalho	3222-15	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de saúde do trabalhador.	40h	1	Recife	R\$ 4.911,47
16	Técnico(a) de Segurança do Trabalho	3565-05	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de saúde do trabalhador ou segurança do trabalho.	40h	4	Rio de Janeiro	R\$ 4.852,07
17	Técnico(a) de Segurança do Trabalho	3565-05	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de saúde do trabalhador ou segurança do trabalho.	40h	1	Recife	R\$ 4.852,07
Total de Postos			—		47		

**Valores baseados na estimativa do requisitante.*

5.7. Os salários fixados identificados neste TR foram estipulados com base em pesquisa salarial, realizada com base nos parâmetros advindos da prática do mercado para empresas de grande porte de conforme metodologia informada no item 9 do ETP, tendo em vista a necessidade do serviço almejado ser desempenhado por profissionais com experiência superior a daqueles que, no mercado são remunerados pelo piso salarial da categoria. Para além, em alguns postos a carga horária é diferenciada em função do funcionamento da CST. Assim consideramos que a pesquisa está em consonância com a exceção trazida na Seção II, art. 5º, inciso VI da IN Seges/MP nº 05/2017, bem como tratado no Acórdão nº 3006/2010-Plenário, TC-001.225/2008-0, rel. Min. Valmir Campelo, 10.11.2010.

5.8. Assim valer-se do piso salarial como referência, pode gerar problemas operacionais, em função da alocação de profissionais despreparados ou não capacitados e da rotatividade da mão de obra.

5.9. No mais, a intenção da fixação remuneratória aqui tratada visa manter a qualidade necessária à consecução da missão organizacional e, conseqüentemente, subsidiará a FIOCRUZ na manutenção do reconhecimento da excelência nacional e internacional de seus projetos e pesquisas.

5. 10. Desta forma, as licitantes, na fase de apresentação das propostas durante o certame licitatório, deverão respeitar o disposto neste TR, não sendo permitido às licitantes sua alteração, sob pena de desclassificação da proposta.

5.11. Conforme Acórdãos TCU nº 256/2005, 290/2006 e 1.024/2007–Plenário, ficam estabelecidos valores mínimos para os salários mensais, baseados em ampla pesquisa de mercado.

5.12. Os valores são adequados com as funções a serem executadas e com os salários praticados no mercado de trabalho, para as faixas requeridas.

5.13. O pagamento de salários mais baixos pode acarretar a seleção de profissionais menos capacitados, afetando a eficiência e qualidade do serviço a ser prestado.

5.14. A Contratada deverá fornecer crachá de identificação, a ser utilizado na altura do tórax, em que conste o nome e logotipo da empresa, o nome do profissional, o número da matrícula, o registro geral e a fotografia. Deverá haver um campo destinado à assinatura do representante da Fiocruz. O uso do crachá dentro da Instituição é obrigatório e sua entrega ao profissional deverá ser feita no prazo máximo de até 15 dias corridos, após a sua contratação. O mesmo deverá ser recolhido no ato do desligamento.

5.15. A empresa deverá incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços todos os insumos, tributos, impostos e benefícios referentes à Legislação vigente e ao determinado que for estipulado pelo Instrumento Coletivo de Trabalho correspondente.

5.16. A Contratante pagará à Contratada apenas o que for aprovado na Planilha de Custos apresentada e ao que for devidamente comprovado, não sendo permitido solicitar a inclusão de quaisquer valores posteriormente à assinatura do contrato, com exceção em caso de mudança de legislação ou Instrumento Coletivo de Trabalho.

5.17. Descritivo dos perfis e requisitos dos cargos:

Cargo	Analista em Informação em Saúde
CBO	4153-10
Formação	Nível superior concluído em ciências humanas, da saúde ou exatas.
Descrição sumária	
Habilitação / Especialidade	Especialização em Saúde do Trabalhador, Saúde Pública, Gestão em Saúde, Sistemas de Qualidade, Epidemiologia ou áreas afins e Domínio em manipulação de softwares estatísticos e análise de dados em saúde
Habilidades e atitudes	Compromisso institucional com o caráter público e estatal; ética e transparência; cooperação e integração; diversidade étnica, de gênero e sociocultural; valorização dos trabalhadores, alunos e usuários. Disponibilidade para viagens.
Experiência	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área Saúde do Trabalhador, Saúde Pública, Gestão em Saúde, Epidemiologia ou áreas afins.
Atividades específicas	Organizar e analisar bancos de dados; aplicar métodos e procedimentos estatísticos; analisar resultados; assessorar na coleta de dados de pesquisa; desenvolver tecnologia aplicada à área; acompanhar e apoiar o mapeamento de processos; realizar análises críticas dos processos; monitorar os indicadores de saúde; transformar os dados em instrumentos para análise; integrar Grupos de Trabalho e/ou Comissões estratégicas em Saúde do Trabalhador e apoiar na integração dos processos e procedimentos nas unidades descentralizadas na Fiocruz.
Cargo	Arquiteto(a) em acústica ambiental
CBO	2141
Formação	Nível superior em Arquitetura e Urbanismo, especialista em Acústica Ambiental com registro do conselho ativo.
Descrição sumária	

Habilitação / Especialidade	Especialização em Acústica Ambiental, Saúde do Trabalhador, Ergonomia ou Engenharia de Segurança do Trabalho, com registro do conselho ativo.
Habilidades e atitudes	Acústica Ambiental; Acústica Arquitetônica; Noções de simulação acústica; Conforto acústico, luminoso e higrotérmico; Qualidade do ar interior com foco em contaminação fúngica; AutoCAD; Informática nos seguintes programas: (I) Microsoft Office (Word, PowerPoint, Outlook, Excel); (II); SoundPlan ou software similar de Acústica Previsional; Técnicas de redação oficial, de elaboração de relatórios e notas técnicas. Compromisso institucional com o caráter público e estatal; ética e transparência; cooperação e integração; diversidade étnica, de gênero e sociocultural; valorização dos trabalhadores, alunos e usuários. Disponibilidade para viagens.
Experiência	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de Saúde do Trabalhador.
Atividades específicas	Elaboração de relatórios e notas técnicas relativos a conforto higrotérmico e qualidade do ar de interior, paisagem sonora e ambientes sonoros, conforto luminoso, modelagem e desenvolvimento de simulações com software de acústica previsional, realização de avaliações da paisagem sonora e ambiente sonoro em campo, avaliação de conforto higrotérmico e níveis de iluminação, participar de ações de promoção e vigilância da saúde dos (as) trabalhadores (as).
Cargo	Analista de Gestão em Saúde do Trabalhador
CBO	2521-05
Formação	Nível superior concluído em ciências humanas, da saúde ou exatas.
Descrição sumária	
Habilitação / Especialidade	Especialização em Saúde do Trabalhador, Saúde Pública, Gestão em Saúde, Gestão da Qualidade, Epidemiologia ou áreas afins.
Habilidades e atitudes	Compromisso institucional com o caráter público e estatal; ética e transparência; cooperação e integração; diversidade étnica, de gênero e sociocultural; valorização dos trabalhadores, alunos e usuários. Conhecimento em gestão de riscos, não conformidades e melhoria de processos. Disponibilidade para viagens.
Experiência	Experiência mínima de 04 (quatro) anos na área de Saúde do Trabalhador
Atividades específicas	Apoiar a gestão nas tomadas de decisão técnicas e gerenciais; Planejar, executar e avaliar ações voltadas à promoção, prevenção e vigilância da saúde dos trabalhadores; Apoiar a gestão, contribuindo para políticas internas de saúde e segurança no trabalho; Produzir pareceres técnicos e documentos normativos; Apoiar na elaboração e execução de planos e metas em saúde do trabalhador, integrados ao sistema de gestão; Monitorar os riscos gerenciais e assistências; Apoiar na gestão dos processos de trabalho das equipes; Representar a gestão em atividades internas e externas, quando necessário.
Cargo	Assistente Social
CBO	2516-05
Formação	Nível superior em serviço social, com registro do conselho ativo.
Descrição sumária	

Habilitação / Especialidade	Especialização em Saúde do Trabalhador, Saúde Pública, Saúde Mental ou Saúde Coletiva, com registro do conselho ativo.
Habilidades e atitudes	Compromisso institucional com o caráter público e estatal; ética e transparência; cooperação e integração; diversidade étnica, de gênero e sociocultural; valorização dos trabalhadores, alunos e usuários. Disponibilidade para viagens.
Experiência	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de Saúde do Trabalhador e/ou Saúde Pública.
Atividades específicas	Acolhimento ao trabalhador por demanda espontânea ou encaminhamento em situações sociais e trabalhistas; Articulação junto às chefias, equipes ou Serviços de Gestão do trabalho, nas situações de conflito e sofrimento relacionado ao trabalho; Orientação aos trabalhadores quanto aos direitos trabalhistas e previdenciários; Encaminhamento para a rede de assistência social, quando necessário; Acompanhamento de situações de remoção para serviços de referência; Acionamento de rede de apoio profissional e familiar em casos de óbitos, transferências, acidentes e emergências; Atuar nas expressões da questão social inerentes ao processo de trabalho que possam impactar na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras; Desenvolver, junto à equipe multiprofissional, ações de promoção à saúde, prevenção e vigilância em saúde do trabalhador; Interagir com os setores de Recursos Humanos da Fiocruz e/ou Saúde ocupacional das empresas prestadoras de serviço, nas questões relativas ao processo de produção de saúde/doença no trabalho; Articulação com outros serviços de referência em Saúde do Trabalhador intra e extra institucional; Elaborar quando necessário, laudos ou pareceres sobre visitas técnicas, atendimentos individuais ou coletivos realizados.
Cargo	Educador Físico
CBO	2241-40
Formação	Nível superior em Educação Física, com registro do conselho ativo.
Descrição sumária	
Habilitação / Especialidade	Especialização em Saúde do Trabalhador, Saúde Pública, Ergonomia, Saúde Coletiva ou afins, com registro do conselho ativo.
Habilidades e atitudes	Compromisso institucional com o caráter público e estatal; ética e transparência; cooperação e integração; diversidade étnica, de gênero e sociocultural; valorização dos trabalhadores, alunos e usuários. Disponibilidade para viagens.
Experiência	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área das especialidades específicas do cargo.
Atividades específicas	Realizar atendimento individualizado e coletivo na área de saúde do trabalhador; Planejamento, monitoramento e gerenciamento de programas relacionados com a prática de exercícios físicos no ambiente de trabalho; Avaliação e desenvolvimento de abordagens educativas e de comunicação em saúde pautados nas questões de atividade física no campo da saúde, ambiente e trabalho; Elaboração de ações relacionadas à atenção integral à saúde do trabalhador; Desenvolver, junto à equipe multiprofissional, ações de promoção à saúde, prevenção e vigilância em saúde do trabalhador; Articulação com outros serviços de referência em Saúde do Trabalhador intra e extra institucional; Elaborar quando necessário, laudos ou pareceres sobre visitas técnicas, atendimentos individuais ou coletivos realizados; Participar de comissões interdisciplinares em Saúde do Trabalhador.
Cargo	Enfermeiro(a) do Trabalho
CBO	2235-30
Formação	Nível superior em Enfermagem com registro do conselho ativo
Descrição sumária	

Habilitação / Especialidade	Especialização em Enfermagem do Trabalho e registro do conselho ativo
Habilidades e atitudes	Compromisso institucional com o caráter público e estatal; ética e transparência; cooperação e integração; diversidade étnica, de gênero e sociocultural; valorização dos trabalhadores, alunos e usuários. Disponibilidade para viagens.
Experiência	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de Saúde do Trabalhador.
Atividades específicas	Padronizar normas e procedimentos de enfermagem e monitorar o processo de trabalho; Planejar ações de enfermagem, levantar necessidades e problemas, diagnosticar situações, estabelecer prioridades e avaliar resultados; Implementar ações para promoção da saúde, participar de trabalhos de equipes multidisciplinares, definir estratégias de promoção da saúde do trabalhador para situações e grupos específicos; Realizar atendimento nos exames ocupacionais (admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho, demissional); Coordenar e apoiar na imunização dos trabalhadores; Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Elabora e participar de programa de treinamento; Trabalhar segundo normas técnicas de segurança; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Realizar atendimento em caso de acidente de trabalho; Participar da construção de políticas voltadas a proteção da saúde do trabalhador; Participar de ações para identificar riscos à saúde do trabalhador e propor medidas que os mitiguem ou reduzam.
Cargo	Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho
CBO	2149-15
Formação	Nível superior em Arquitetura ou Engenharia com registro ativo
Descrição sumária	
Habilitação / Especialidade	Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho
Habilidades e atitudes	Desejável capacitação em perícia judicial e assistente técnico em insalubridade e periculosidade; Conhecimento em Higiene Ocupacional; Conhecimentos de sistemas de gestão de segurança e saúde do trabalho; Experiência em implantação de programas de segurança; Experiência em inspeções de instalações industriais e Conhecimentos de gestão de projetos. Compromisso institucional com o caráter público e estatal; ética e transparência; cooperação e integração; diversidade étnica, de gênero e sociocultural; valorização dos trabalhadores, alunos e usuários. Disponibilidade para viagens.
Experiência	Experiência mínima de 4 (quatro) anos na área de Saúde do Trabalhador
Atividades específicas	Avaliar os ambientes e processos de trabalho para caracterização de atividades ou operações insalubres ou perigosas e elaboração de laudo técnico, conforme disposições previstas nas Normas Regulamentadoras 15 e 16; Atuar na qualidade de Assistente Técnico em processos judiciais elaborando quesitos e pareceres técnicos; Elaborar documentos técnicos como guias, notas técnicas, manuais, procedimentos e programas relacionados à prevenção e gerenciamento de riscos, inclusive em parceria com outras áreas; Analisar projetos de reformas, ampliação, instalação de equipamentos ou outros, visando a antecipação dos riscos e observância das medidas de segurança e higiene ocupacional; Analisar conformidade legal e propor medidas para o controle dos riscos nos processos, serviços, instalações, máquinas e equipamentos; Contribuir com ações para prevenção de acidentes de trabalho em parceria com as áreas de interesse como medicina, perícia médica, comissões de prevenção, dentre outras; Produzir documentos circunstanciados sobre os fatores e situações de risco para estabelecimento de nexos dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho; Contribuir para implantação de Comissões internas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – CISTT; Realizar ações educativas na área de saúde do trabalhador; Elaborar documentos técnicos para avaliação de agentes químicos, físicos e biológicos em conformidade com a NR - 9; Contribuir com orientações ou soluções técnicas para o

	atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros Militar; Participar dos treinamentos de contingência e emergência; Contribuir com orientações de saúde do trabalhador nas contratações de serviços de terceiros; Participar de treinamentos aplicados aos trabalhadores da Coordenação de Saúde do Trabalhador.
Cargo	Farmacêutico(a)
CBO	2234-05
Formação	Nível superior em Farmácia com registro ativo
Descrição sumária	
Habilitação / Especialidade	Especialização em Saúde do Trabalhador, Auditoria em Serviços de Saúde, Gestão ou Gestão da Qualidade, com registro do conselho ativo
Habilidades e atitudes	Compromisso institucional com o caráter público e estatal; ética e transparência; cooperação e integração; diversidade étnica, de gênero e sociocultural; valorização dos trabalhadores, alunos e usuários. Disponibilidade para viagens. Conhecimentos de informática nos seguintes programas: (I) Microsoft Office® (Word, Excel, Power point e Outlook); (II) Microsoft Windows (III) Internet Explorer, Mozilla Firefox ou Google Chrome.
Experiência	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área ambulatorial e/ou hospitalar
Atividades específicas	Gerenciar produtos farmacêuticos; elaborar e participar de farmacovigilância; normatizar e regular o uso de medicamentos; apoiar nas boas práticas clínicas; Administrar estoques de insumos Participar de comissões interdisciplinares.
Cargo	Fisioterapeuta do Trabalho
CBO	2236-60
Formação	Nível superior em Fisioterapia com registro ativo
Descrição sumária	
Habilitação / Especialidade	Especialização em Saúde do Trabalhador, Saúde Pública, Ergonomia, Saúde Coletiva ou afins, com registro do conselho ativo
Habilidades e atitudes	Compromisso institucional com o caráter público e estatal; ética e transparência; cooperação e integração; diversidade étnica, de gênero e sociocultural; valorização dos trabalhadores, alunos e usuários. Disponibilidade para viagens.
Experiência	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de Saúde do Trabalhador.
	<p>I – Realizar avaliação e diagnóstico cinesiológico-funcional, por meio da consulta fisioterapêutica (solicitando e realizando interconsulta e encaminhamento), para exames ocupacionais complementares, reabilitação profissional, perícia judicial e extrajudicial. Na execução de suas competências o Fisioterapeuta do Trabalho ainda poderá:</p> <p>a) Solicitar, aplicar e interpretar escalas, questionários e testes funcionais;</p> <p>b) Solicitar, realizar e interpretar exames complementares;</p> <p>c) Determinar diagnóstico e prognóstico fisioterapêutico;</p>

Atividades específicas	<p>d) Planejar e executar medidas de prevenção e redução de risco;</p> <p>e) Prescrever e executar recursos terapêuticos manuais;</p> <p>f) Determinar as condições de alta fisioterapêutica;</p> <p>g) Registrar, em prontuário, avaliação, diagnóstico, prognóstico e encaminhamentos;</p> <p>II – Realizar Análise Ergonômica do Trabalho (AET), Laudo Ergonômico, Parecer Ergonômico.</p> <p>III- Implementar cultura ergonômica e em Saúde do Trabalhador, por meio de ações de concepção, correção, conscientização, prevenção e gestão em todos os níveis de atenção à saúde e segurança do trabalho, ergonomia, riscos ambientais, ecológicos, incluindo atividades de educação e formação. IV – No âmbito da gestão ergonômica, realizar a análise e adequação dos fluxos e processos de trabalho; das condições de trabalho; as habilidades e características do trabalhador; dos ambientes e postos de trabalho; das pausas, rodízios de grupamento muscular, ginástica laboral; ensinar e corrigir modo operatório laboral; além de outras ações que promovam melhora do desempenho morfofuncional no trabalho, podendo, ainda:</p> <p>a) Atuar junto às CISTTs (Comissão Interna de Saúde das Trabalhadoras e dos Trabalhadores);</p> <p>b) Auxiliar e participar na elaboração e atividades do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), entre outros;</p> <p>c) Elaborar, auxiliar, participar, implantar e/ou coordenar programas e processos relacionados à saúde do trabalhador, acessibilidade e ao meio ambiente;</p> <p>V – Elaborar, implantar, coordenar e auxiliar o Programa de Ergonomia (PROERGO);</p> <p>VI – Avaliar, elaborar, implantar e gerenciar projetos e programas de ergonomia e saúde do trabalhador; promovendo a saúde geral e bem-estar do trabalhador.</p> <p>VII – Auxiliar e participar dos processos de certificação ISO, OHSAS, entre outros.</p>
Cargo	Médico(a) do Trabalho
CBO	2251-40
Formação	Nível superior em Medicina com registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM)
Descrição sumária	
Habilitação / Especialidade	Residência ou Especialização em Medicina do Trabalho concluída.
Habilidades e atitudes	<p>Habilidade de trabalhar em equipe; formação complementar na área da saúde coletiva ou saúde pública; conhecimentos sobre análise de riscos e das Normas Regulamentadoras; sistemas de gestão da segurança e saúde do trabalho (OHSAS 18001 ou ISO 45.001).</p> <p>Compromisso institucional com o caráter público e estatal; ética e transparência; cooperação e integração; diversidade étnica, de gênero e sociocultural; valorização dos trabalhadores, alunos e usuários. Disponibilidade para viagens.</p>
Experiência	Experiência mínima de 4 (quatro) anos na área de Saúde do Trabalhador.
Atividades específicas	Participar das ações de promoção e vigilância em saúde dos trabalhadores; Participar em ações interdisciplinares a fim de promover: adequação das situações de trabalho aos trabalhadores e eliminação e controle de riscos laborais; Realizar exames ocupacionais dos servidores (admissional e periódico e retorno ao trabalho), visando avaliar a saúde do trabalhador, assim como os riscos a que estes estão expostos; Orientar trabalhadores e gestores no tocante à assistência médica, visando melhor atendimento à população sob seus cuidados; Realizar pronto-atendimento de acidentes e eventos relacionados ao trabalho ou urgências ocorridos no ambiente laboral; Notificação das doenças relacionadas ao trabalho e reações adversas à vacina da COVID-19; Realizar visitas técnicas e ações de saúde do trabalhador nas unidades da Fiocruz, inclusive regionais, quando necessário.

Cargo	Nutricionista
CBO	2237-10
Formação	Nível superior Nutrição
Descrição sumária	
Habilitação / Especialidade	Especialização em Vigilância Sanitária, Gestão ou Qualidade Alimentar e Nutricional, Saúde do Trabalhador, Saúde Coletiva ou afins, com registro no conselho ativo
Habilidades e atitudes	Compromisso institucional com o caráter público e estatal; ética e transparência; cooperação e integração; diversidade étnica, de gênero e sociocultural; valorização dos trabalhadores, alunos e usuários. Disponibilidade para viagens.
Experiência	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de Saúde do Trabalhador.
Atividades específicas	Realizar ações de vigilância alimentar e nutricional voltadas aos trabalhadores, a partir do ambiente, sistema e comportamento alimentar, envolvendo a promoção da saúde, e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional em consonância com os programas institucionais; elaborar ações de promoção da saúde visando promover educação alimentar e nutricional para os trabalhadores; realizar atendimentos nutricionais individualizado e/ou coletivo, onde é realizada entrevista para coleta de dados pessoais, anamnese alimentar e avaliação do estado nutricional que consiste na análise de dados diretos (fisiológicos, clínicos, bioquímicos, antropométricos e doenças preexistentes) e indiretos (consumo alimentar, condições socioeconômicas e disponibilidade de alimentos, entre outros); realizar diagnóstico de nutrição, com base na avaliação nutricional; elaborar prescrição dietética, com base nas diretrizes do diagnóstico de nutrição, doenças associadas e considerando as interações drogas/nutrientes e nutriente/nutriente e processos de trabalho; registrar, em prontuário e/ou dossiê de saúde, a prescrição dietética e a evolução nutricional, de acordo com protocolos preestabelecidos; fornecer subsídio técnico ao gestor e/ou fiscal de contratos dos ambientes alimentares, assim como suporte técnico na construção do termo de referência e/ou projeto básico; realizar visitas técnicas nos ambientes alimentares da instituição para suporte aos fiscais e/ou gestores de contrato; realizar capacitação sobre Boas Práticas de Manipulação de Alimentos; participar de reuniões intersetoriais (chefia e equipe de saúde do trabalhador) tendo como direcionamento a promoção da alimentação adequada e saudável nos ambientes de trabalho; elaborar relatórios, planilhas estatísticas, memorandos, documentos, apresentação em multimídia a respeito das ações desempenhadas.
Cargo	Psicólogo(a) m Saúde do Trabalhador
CBO	2515-45
Formação	Nível superior em Psicologia com registro ativo
Descrição sumária	
Habilitação / Especialidade	Pós-Graduação em Saúde do Trabalhador, Psicologia Social, Saúde Coletiva, Saúde Pública ou Saúde Mental com registro no conselho ativo
Habilidades e atitudes	Compromisso institucional com o caráter público e estatal; ética e transparência; cooperação e integração; diversidade étnica, de gênero e sociocultural; valorização dos trabalhadores, alunos e usuários. Disponibilidade para viagens.
Experiência	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de saúde do trabalhador, saúde coletiva ou rede de atenção psicossocial.

Atividades específicas	Acolhimento de trabalhadores em sofrimento psíquico; Dar suporte aos gestores na mediação de conflitos e demandas psicossociais relacionadas ao trabalho; Interlocução permanente com o Serviço de Gestão do Trabalho, Núcleo de Saúde do Trabalhador e Coordenação de Saúde do Trabalhador; Interlocução com gestores e trabalhadores em geral para escuta, discussão e avaliação de demandas psicossociais no trabalho; Planejamento e organização de atividades interdisciplinares de promoção em saúde e de intervenção nos ambientes, processos e relações de trabalho; Realização de rodas de conversa, oficinas e eventos afins; Participar de ações de educação permanente e disseminação de informações sobre saúde mental e trabalho; Mapeamento e interlocução com rede de atendimento local em Saúde Mental para encaminhamentos e discussão de casos; Elaboração de documentos técnicos (laudos, pareceres e afins).
Cargo	Técnico(a) de enfermagem do trabalho
CBO	3222-15
Formação	Ensino técnico em Enfermagem completo com registro ativo
Descrição sumária	
Habilitação / Especialidade	Especialização técnica em enfermagem do trabalho.
Habilidades e atitudes	Compromisso institucional com o caráter público e estatal; ética e transparência; cooperação e integração; diversidade étnica, de gênero e sociocultural; valorização dos trabalhadores, alunos e usuários. Disponibilidade para viagens.
Experiência	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de saúde do trabalhador.
Atividades específicas	Participar com o enfermeiro no planejamento, programação e orientação das atividades de enfermagem do trabalho; Realizar atendimento nos exames ocupacionais (admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho, demissional); Apoiar na imunização dos trabalhadores; Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; Participar de programa de treinamento; Trabalhar segundo normas técnicas de segurança; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Realizar atendimento em caso de acidente de trabalho; Participar junto ao enfermeiro de ações para identificar riscos à saúde do trabalhador e propor medidas que os mitiguem ou reduzam; Participar junto ao enfermeiro na implementação de ações para promoção da saúde, participar de trabalhos de equipes multidisciplinares, definir estratégias de promoção da saúde do trabalhador para situações e grupos específicos.
Cargo	Técnico(a) de segurança do trabalho
CBO	351605
Formação	Técnico em Segurança do Trabalho, com registro no Ministério do Trabalho ativo
Descrição sumária	
Habilitação / Especialidade	Especialização técnica em segurança do trabalho.

Habilidades e atitudes	Compromisso institucional com o caráter público e estatal; ética e transparência; cooperação e integração; diversidade étnica, de gênero e sociocultural; valorização dos trabalhadores, alunos e colaboradores; qualidade e excelência; redução das iniquidades e compromisso socioambiental. Disponibilidade para viagens. Conhecimentos intermediários do Pacote Office; Cursos complementares em segurança do trabalho; Conhecimentos sobre análise de riscos; Conhecimentos das Normas Regulamentadoras; Desejável experiência na área de gestão e saúde; Desejável conhecimento em sistemas de gestão da segurança e saúde do trabalho (OHSAS 18001 ou ISSO 45.001).
Experiência	Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de saúde do trabalhador ou segurança do trabalho.
Atividades específicas	Assessorar a administração quanto ao cumprimento das exigências legais relativas à Saúde e Segurança do Trabalho (SST), por parte das empresas contratadas; Atuar como Assistente Técnico em perícias judiciais que venham a ocorrer na Unidade; Participar da elaboração ou revisão de Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs), Instruções de Trabalho (ITs), manuais e outros documentos, contribuindo com orientações relativas à SST; Participar da análise de projetos de reformas, ampliação, instalação de equipamentos ou outros, visando a antecipação dos riscos e observância das medidas de SST; Participar de visitas aos locais de trabalho, em conjunto com representantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e/ou Comissão Interna de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT), verificando oportunidades de melhoria relacionadas a SST; Orientar os trabalhadores quanto ao uso de EPIs; Orientar a administração quanto à correta sinalização de segurança; Contribuir com ações para prevenção de acidentes de trabalho em parceria com a CIPA e CISTT; Realizar investigação e análise de acidentes do trabalho, para identificação das causas e consequências; Realizar estatísticas de Acidente de Trabalho, de forma a contribuir com o Anuário Estatístico de Saúde do Trabalhador; Contribuir para implantação de Comissões internas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – CISTT; Realizar ações educativas na área de saúde do trabalhador; Elaborar documentos técnicos, planilhas de controle e outros, para avaliação de agentes químicos, físicos e biológicos em conformidade com a NR - 9; Participar dos treinamentos de contingência e emergência; Auxiliar o Serviço de Gestão de Pessoas quanto no planejamento de visitas para avaliações ambientais para concessão de adicionais ocupacionais por parte do Nuvst/CST /COGEPE; Acompanhar a equipe da CST nas avaliações ambientais para fins de concessão de adicionais, fornecendo informações relevantes sobre saúde e segurança.

5.18. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor **anual** da contratação.

Planilha de custos e formação de preços

5.19. A composição do preço será demonstrada e provisionada na Planilha de custos e formação de preços, devendo o licitante preencher a planilha, anexo VII deste TR, conforme redação da IN Seges/MP nº 05/2017, em seu item 6 do Anexo VII-A, modelo do Anexo VII-D e ainda a IN 176/2024, considerando-se as informações do ETP e deste TR e

5.19.1. Os salários dos profissionais não poderão ser inferiores aos que serão estabelecidos neste TR e nem inferiores aos do Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva de trabalho que a licitante esteja obrigada.

5.19.2. Importante salientar que os benefícios deverão respeitar os instrumentos coletivos de trabalho firmados e ainda aqueles estabelecidos e indicados pela Administração neste Termo.

5.19.3. Direitos e obrigações específicas de quaisquer das categorias envolvidas nesta contratação que não estejam previstas neste documento e que, comprovadamente, possuírem base legal, deverão ser mencionados pelas empresas em suas propostas, para cumprimento e respectivo pagamento, inclusive quanto à carga horária máxima permitida.

5.19.4. Acrescenta-se o fato de que a utilização do instrumento coletivo de trabalho nesta contratação objetiva estabelecer um parâmetro para as despesas obrigatórias e respectivos benefícios como auxílio alimentação, plano de saúde e eventuais seguros e outros, como também, servir como parâmetro legal para futuras repactuações e reajustes salariais.

5.19.5. O modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços utilizado neste TR está apresentado em conformidade com as INs Seges/MP nº 5/2017 e nº 7/2018 e alterações posteriores.

5.19.6. Os percentuais de todos os montantes da Planilha estimativa da Administração têm como base o Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e de Formação de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ), 2020; Disponível em: https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/Manual_do_Modelo_de_Planilhas_de_Custos_do_STJ.pdf.

5.19.7. As licitantes deverão preencher a Planilha de custos e formação de preços em arquivo Excel (.xls), fazendo constar as memórias de cálculo detalhadas, discriminando a metodologia e fórmulas adotadas para a obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes de composição de custos e formação de preços dos postos de serviço, a fim de facilitar a análise por parte da área técnica da Fiocruz.

5.19.8. Na elaboração da Planilha de custos e formação de preços, que irá subsidiar a proposta, a licitante pode utilizar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pela Fiocruz como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, exceto no tocante ao salário base, tendo em vista que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra, conforme o Acórdão TCU nº 1097/2019-Plenário.

5.19.9. A Planilha de custos e formação de preços servirá para demonstrar possíveis variações de custos /insumos no curso da execução do Contrato e deverá ser utilizada como base em eventuais repactuações ou revisões de preços.

5.19.10. A licitante deverá, no preenchimento das Planilhas de custos e formação de preços, observar as categorias profissionais e as quantidades de postos, incluindo todas as despesas com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição.

5.19.11. Não há previsão de horas extras para quaisquer das categorias previstas neste TR.

5.19.12. As propostas deverão conter indicação dos Sindicatos, Acordos e Convenções Coletivas de Trabalhos que regem cada categoria profissional que executará os serviços e a respectiva data base e vigência, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), segundo disposto no inc. III do art. 21, das INs Seges/MP nº 5 /2017 e nº 7/2018.

5.19.13. Deverão ser observados, quando do preenchimento da Planilhas de custos e formação de preços, os valores, percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis, em especial àqueles estabelecidos na legislação vigente relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, Sesi ou SESC, SENAI ou SENAC, INCRA, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/RAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros) e ainda os definidos pela administração.

5.19.14. As licitantes deverão observar as disposições do Decreto nº 6.957, de 2009, e outras que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta, devendo aplicar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o seu CNPJ, definido pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP).

5.19.15. A proposta da licitante deverá informar os “Riscos Ambientais do Trabalho (RAT)” na Planilhas de custos e formação de preços (Submódulo 2.2) considerando o valor de seu FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

5.19.16. Considerando tratar-se de contratação de serviços que se enquadra, para fins tributários, no conceito de cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991 e alterações e nos arts. 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 2110, de 2022 e alterações, a licitante Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser Contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua EXCLUSÃO OBRIGATÓRIA DO SIMPLES NACIONAL A CONTAR DO MÊS SEGUINTE AO DA CONTRATAÇÃO, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações. (Acórdão TCU nº 797/2011 – Plenário).

5.19.17. As licitantes estarão IMPEDIDAS DE APRESENTAR PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, já que tal prática implicaria ofensa às disposições da LC nº 123, de 2006, conforme posicionamento externado pelo TCU nos Acórdãos 797 /2011 - Plenário e 2643/2015 - Segunda Câmara).

5.19.18. A licitante optante pelo Simples Nacional, que porventura venha a ser contratada, deverá comunicar a contratação para a prestação dos serviços à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (celebração do contrato), apresentando à Fiocruz, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do Termo Contratual, cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento. (Acórdão TCU nº 2.798, de 2010 – Plenário).

5.19.19. Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, a própria Fiocruz, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações.

5.19.20. Considerando a jurisprudência do TCU (Acórdão nº 288/2014 – Plenário), fica vedada a inclusão do item “Reserva Técnica” na Planilha de Custos e de Formação de Preços, já que não existem eventos que motivariam a aceitação desse tipo de custo. A inserção de custos dessa natureza acarretará a necessidade de retificação da proposta, solicitada mediante diligência, sendo que o não atendimento acarretará a desclassificação da proposta.

5.19.21. Conforme Súmula nº 254 do TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) não podem ser repassados para a Fiocruz, pois são tributos de natureza direta e personalíssima, que oneram diretamente a licitante.

5.19.22. O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, correspondente a 23,33% (vinte e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato. De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº. 1.186/2027 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato.

5.19.23. Os custos referentes ao item “Treinamento/Capacitação/Reciclagem” deverão estar contemplados no item “Custos Indiretos”, da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, em seu Módulo 5.

5.19.24. A proposta de preços da licitante deverá observar, ainda, o regime de tributação ao qual está submetida, no tocante à incidência das alíquotas de ISS, Pis e Cofins sobre seu faturamento, conforme previsto nas Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003 (Acórdão TCU nº 2.647/2009 - Plenário).

5.19.25. A licitante deverá comprovar por meio de documentação hábil o seu regime de tributação, a fim de que se possa certificar que as alíquotas do Pis e da Cofins consignadas na planilha conferem com sua opção tributária.

5.19.26. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de Pis e de Cofins não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e Cofins (7,60%), tendo em vista que as Leis nº 10.637, de 2002 e nº 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

5.19.27. As empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de Pis e Cofins devem cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o Pis e para a Cofins (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas.

5.19.28. A base para estabelecimento de critérios de repactuação de preços serão os instrumentos coletivos de trabalho locais dos sindicatos, indicadas nas propostas de preços, ou ainda, na ausência de regulação por tais instrumentos, o preço praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente, desde que documentalmente demonstradas.

5.19.29. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa Contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

5.19.30. Para um melhor dimensionamento da proposta, segue abaixo detalhamento de alguns itens importantes para elaboração da Planilha de custos e formação de preços:

Vale-transporte

5.20. A contratada deverá fornecer o auxílio transporte para utilização efetiva, por seus profissionais, em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, conforme Lei 7.418 de 16/12/85, regulamentada pelo Decreto Federal nº 95.247 de 17/11/87.

5.20.1. Tendo em vista o caráter antecipatório do pagamento do benefício, deverá ser pago aos trabalhadores, obrigatoriamente, no último dia útil do mês que anteceder à prestação do serviço (Decreto nº 10.854/2021, "Art. 107. *O vale-transporte constitui benefício que o empregador antecipará ao trabalhador para a utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa.*").

5.20.2. O custo efetivo do auxílio transporte somente poderá ser repassado a Fiocruz mediante comprovação de uso deste benefício. Este custo será de acordo com os números de tarifas utilizadas pelo profissional para deslocamento.

5.20.3. Para efeito de estimativa de custo e isonomia entre as licitantes é fixado o fornecimento diário por empregado de 04 (quatro) tarifas modais, do transporte coletivo do local da prestação dos serviços (estado /município).

5.20.4. Valor da tarifa modal Rio de Janeiro: R\$ 5,00

5.20.5. Valor da tarifa modal Recife: R\$ 4,50.

Auxílio-alimentação

5.21. Não há uma lei geral que estabeleça obrigatoriedade de fornecimento de auxílio alimentação, ou seja, geralmente esse benefício não é um direito obrigatório para todo o empregado.

5.21.1. Todavia, conforme asseverado pela Assessoria Jurídica do STJ (Parecer nº 486/2018), isso não significa que não exista previsão legal, tendo em vista o fato de o auxílio-alimentação estar previsto no § 2º do art. 457 da CLT, não obstante o dispositivo não imprima um sentido obrigatório no pagamento da referida importância.

5.21.2. Sendo assim, a previsão dessa rubrica no modelo de Planilha de Custos se dá por sua possibilidade jurídica e na prática reiterada de os instrumentos coletivos que regem categorias profissionais alocadas nos órgãos públicos de disporem sobre a obrigatoriedade de concessão do benefício como verdadeiro incentivo aos empregados.

5.21.3. Importa elucidar que a alimentação concedida por meio de tickets ou cartão magnético (geralmente mais utilizados pelos empregados terceirizados em geral), deixou de ter natureza salarial com a entrada em vigor da Reforma Trabalhista em 11/11/2017:

“Art. 457 (...) § 2º As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)”

5.21.4. Ressalta-se que o auxílio-alimentação pago em dinheiro integra a remuneração do empregado, sendo incorporado ao contrato de trabalho e à base de incidência de encargos trabalhistas e previdenciários.

Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

5.21.5. O PAT foi instituído pela Lei 6.321/1976, como incentivo do Governo Federal para que as empresas concedessem ajuda na alimentação dos seus empregados de baixa renda, permitindo a dedução dessas despesas em até 4% (quatro por cento) do valor de imposto de renda.

5.21.6. O benefício pode ser estendido aos empregados com rendas maiores, porém, o valor não poderá ser superior ao concedido aos demais empregados. Além disso, a lei deixou claro que, ao aderir ao PAT, o benefício terá natureza indenizatória, entendimento confirmado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

5.21.7. Se a empresa participar do PAT, o desconto é limitado a 20% do custo da refeição (e não do valor do salário).

5.21.8. Conforme orientação no parágrafo nº 21 do Parecer Jurídico nº 486/2018, deve ser exigido da empresa licitante o comprovante de inscrição no PAT na fase de seleção do fornecedor e na gestão do contrato.

5.21.9. De acordo com o PAT, uma alimentação nutritiva e balanceada durante a jornada diária de trabalho tem por objetivo melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores, com repercussões positivas para a qualidade de vida, a redução de acidentes de trabalho e o aumento da produtividade.

5.21.10. O valor do vale-refeição será o estabelecido no instrumento coletivo de trabalho celebrado entre os sindicatos patronal e de empregados da categoria, que deverão estar indicados nas propostas de preços.

5.21.11. A Fiocruz é uma instituição de saúde pública, que integra o Ministério da Saúde e atua há 119 anos, desde a pesquisa básica até a produção final de fármacos e imunobiológicos, perpassando pelas áreas de pesquisa, ensino, inovação tecnológica, difusão da informação científica e atenção à saúde e conta com hospitais de referência.

5.21.12. É necessário destacar o contexto da força de trabalho terceirizada na Fiocruz, necessária para realização de suas atividades, em que pese ter realizado concursos públicos para ingresso de servidores, por força de um ajuste de conduta firmado com o Ministério do Trabalho, a quantidade de vagas tem sido insuficiente para a efetiva substituição dos postos de trabalho terceirizados, fato que alcança todas as Unidades da Fiocruz.

5.21.13. Nesse sentido, manter as condições de trabalho adequadas às funções exercidas na Fiocruz é condição essencial para a garantia da qualidade e da eficácia do serviço educacional público atualmente prestado.

5.21.14. A preocupação com a saúde no trabalho é premissa adotada na Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que prevê ainda a busca pela melhoria das condições de trabalho.

5.21.15. Essa regulamentação, assim como outras decorrentes, a exemplo da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, instituída em 2012, pretendem atuar sobre as condições do ambiente de trabalho, processos de trabalho, demandas e problemas de saúde dos trabalhadores, dentre outros, que considerem a situação dos territórios onde estes estão inseridos, para a melhoria destas condições dos trabalhadores, independente de seus vínculos.

5.21.16. Em sendo a Fiocruz ente público investido da condição de execução de políticas públicas, deve considerar nos seus processos de trabalho a promoção da melhoria das condições de vida e de saúde dos seus trabalhadores.

5.21.17. Nesse contexto, é necessário que as empresas licitantes observem essas questões e ofereçam condições para a alimentação dos trabalhadores, nos valores praticados no mercado.

5.21.18. No que se refere ao valor, a partir da justificativa e levantamento constante no Estudo Técnico Preliminar, e com o intuito de garantir o recebimento do direito social à alimentação; considerando que é dever do Poder Público a efetivação dos direitos constitucionais em observância ao princípio da dignidade da pessoa humana; considerando que a Fiocruz é uma instituição pública que visa a saúde e a vida, além de melhorias nas condições de trabalho, independente do vínculo, onde a alimentação é um benefício alimentar e essencial na vida do trabalhador; considerando ainda que os contratos em outros órgãos o direito à alimentação é preservado, e considerando manter uma igualdade nos contratos de terceirização, por se caracterizarem como verbas que se destinam à preservação da subsistência digna dos trabalhadores, conforme pesquisa realizada no Campus da Fiocruz, o valor médio da refeição por dia é de R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais), sendo o mínimo aceitável na Planilha de Custos.

5.21.19. Tendo em vista o caráter antecipatório do pagamento do benefício, deverá ser pago aos trabalhadores, obrigatoriamente, no último dia útil do mês que anteceder à prestação do serviço.

5.21.20. As propostas não poderão apresentar valores de vale alimentação e outros benefícios sociais inferiores aos orçados pela Fiocruz, e nem inferiores aos do Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho que a licitante esteja obrigada.

Plano de saúde e Plano odontológico

5.21.21. Considerando o Documento de Referência em Saúde do Trabalhador, onde resta transcrito os conceitos norteadores da FIOCRUZ, qual seja, “Promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um grande agente de cidadania”, para assim buscar a eficiência na prestação de serviços à sociedade, faz-se indispensável observar para questões relacionadas à saúde do trabalhador, garantindo condições dignas de trabalho.

5.21.22. Como amplamente defendido no Documento de Referência em Saúde do Trabalhador, “a preocupação com a aparente economia, neste caso, se coloca em termos da preservação da saúde dos trabalhadores da Instituição e abarca questões sociais, organizacionais e de responsabilidade já abordadas.”

5.21.23. Contudo, preocupações reais e latentes da Administração Pública, levam em conta outros aspectos, como, por exemplo, os tempos despendidos com absenteísmo e presenteísmo, provenientes da sobrecarga da rede de atendimento ambulatorial e hospitalar do SUS, custos incalculáveis e que podem representar grandes impactos à produtividade e aos resultados da instituição, além dos custos humanos relacionados. O custo se manifesta, ainda, de forma concreta e direta no que tange aos gastos com a saúde dos trabalhadores da instituição.

5.21.24 Sabe-se que para cuidar de todos os aspectos do dia a dia (trabalho, filhos, família e relacionamentos) de forma saudável, é essencial tomar certos cuidados com frequência. Dentre a prática de uma rotina saudável, o compromisso que não pode ser adiado é a visita aos médicos, independentemente de qual seja o problema ou desconforto, ou mesmo no caso de não aparentar alguma anomalia. Consultas periódicas aumentam as chances de diagnósticos precoces, além de aliviar a tensão ao descobrir que não há nada de errado.

5.21.25. Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) por definição, saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença.

5.21.26. Compreende-se que saúde é muito abrangente e o bem-estar é algo geral, mas por outro lado para estar bem em todos os aspectos (físico, mental e social) precisa-se ter saúde. Ter acesso a um plano de saúde no qual o trabalhador poderá se monitorar, torna a ação preventiva e com isso uma prestação de serviço sem ausências repentinas e com a desobstrução ao SUS que atende uma população mais ampla e com menos recurso.

5.21.27. A cada dia as pessoas têm menos tempo, em razão da complexidade crescente no ambiente de trabalho exigir capacidade de adaptação dos empregados, demandando maior flexibilidade e criatividade para superar os desafios que se apresentam.

5.21.28. As exigências sociais e pessoais fazem correr o dia todo, para cumprir os papéis, como mães, pais, empregados, até mesmo as relações de amizades, socioculturais e religiosas, nos deixam completamente sem tempo para cuidar da saúde.

5.21.29. No atual cotidiano, tornou-se mais e mais importante cuidar da vida de modo que se reduzisse a vulnerabilidade às doenças e as chances de que ela seja produtora de incapacidade. É possível ressaltar que para cuidar da saúde, não é necessário apresentar queixa com dor ou limitações.

5.21.30. Além de tudo a qualidade de vida do profissional está ligada diretamente às condições de acesso e a flexibilidade que um plano de saúde pode ofertar. Sem saúde não há qualidade de vida e a qualidade de vida é fundamental para a saúde e para o processo de trabalho.

9.21.31. Todavia, em que pese as soberbas evidências de economicidade para a administração pública e a demonstrada ampliação das condições para a promoção da saúde dos trabalhadores terceirizados por meio da oferta do plano de saúde aos terceirizados, a Controladoria-Geral da União (CGU) determina, que a elaboração do orçamento estimativo deve observar estritamente o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho (ACT/CCT) da categoria a ser contratada. Ou seja, somente podem constar do orçamento estimativo, benefícios considerados obrigatórios pelo ACT/CCT, caso contrário, caberia à Administração justificar eventual inclusão na planilha estimativa de custos, de benefícios não previstos.

5.21.32. Contudo, isso não significa que não exista previsão legal, visto que a Lei nº 10.243/2001 incluiu na CLT tal benefício como uma das utilidades que podem ser concedidas pelos empregadores aos seus empregados, não obstante o dispositivo não imprima um sentido obrigatório no pagamento da referida importância.

“Art. 458 - Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§1º Os valores atribuídos às prestações "in natura" deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dos percentuais das parcelas componentes do salário-mínimo (arts. 81 e 82).(Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§2º Para os efeitos previstos neste artigo, não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: (Redação dada pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

I – vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

II – educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

III – transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

IV – assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

V – seguros de vida e de acidentes pessoais; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

VI – previdência privada; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

VII – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

VIII – o valor correspondente ao vale-cultura. (Incluído pela Lei nº 12.761, de 2012)

§3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual. (Incluído pela Lei nº 8.860, de 24.3.1994)

§4º - Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-habitantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família. (Incluído pela Lei nº 8.860, de 24.3.1994)

§5º O valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio ou não, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, próteses, órteses, despesas médico-hospitalares e outras similares, mesmo quando concedido em diferentes modalidades de planos e coberturas, não integram o salário do empregado para qualquer efeito nem o salário de contribuição, para efeitos do previsto na alínea q do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (g.n.).

5.21.33. Considerando os princípios Institucionais da Fiocruz em relação a preservação da saúde dos trabalhadores, a Contratada deverá conceder, aos trabalhadores vinculados ao contrato, plano de saúde com as seguintes características (mínimas): de acordo com a Lei 9.656 de 03 de junho de 1998, sugere-se o “plano-referência de assistência à saúde, com cobertura de assistência médico ambulatorial e hospitalar, compreendendo partos e tratamentos, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária a internação hospitalar”. O valor a ser provisionado e pago pela contratante para este fim, não poderá ultrapassar o valor por empregado de R\$ 464,89(quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e nove centavos),conforme decreto o disposto no art. 5, §3º do Decreto nº 12.174/2024, com redação dada pelo Decreto nº 12.926/2026. O empregado deverá arcar de maneira integral com despesas referentes a possíveis dependentes ou a livre escolha de plano superior. O valor custeado pela contratante será o valor percapita por posto ocupado, devidamente comprovado no limite máximo de 464,89(quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), devendo o reajuste acompanhar o estabelecido em portaria do Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

5.21.34. O pagamento referente ao custo do plano de saúde per capita está condicionado ao custo real do posto. Caso o custo efetivo do plano contratado seja inferior a R\$ 464,89 a Fiocruz pagará apenas o valor efetivamente comprovado, e não o teto máximo, salvo se Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva, prevê valor superior ao orçado pela Administração.

5.21.35. As propostas não poderão apresentar valores de plano de saúde e outros benefícios sociais inferiores aos orçados pelo Fiocruz, e nem inferiores aos do Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho que a licitante esteja obrigada.

Seguro de vida e funeral

5.22. O tipo de seguro de vida e funeral ofertado aos profissionais será aquele previsto em leis, normativos ou nas Convenções Coletivas de Trabalho indicadas nas propostas de preços, devendo tais despesas ser inseridos como parte dos custos da prestação dos serviços – Planilha de Custos e Formação de Preços da mão de obra, em seu Módulo 2: “Benefícios Mensais e Diários”.

Benefícios em geral

5.23. O pagamento de outros benefícios seguirá as disposições da IN Seges/MP nº 05/2017 (Anexo VII-B):

“2.1. É vedado à Administração fixar nos atos convocatórios:

(...)

b) os benefícios, ou seus valores, a serem concedidos pela contratada aos seus empregados, devendo adotar os benefícios e valores previstos em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, como mínimo obrigatório, quando houver; Instrução Normativa SEGES nº 05/2017, Artigo 6º.

Art. 6º A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.”

Adicionais Insalubridade / periculosidade

5.24. O adicional de insalubridade encontra regulamentação entre os arts. 189 a 192 da CLT e pela Norma Regulamentadora nº 15, do Ministério do Trabalho e Previdência.

5.24.1. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

5.24.2. O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40%, 20% e 10% do salário-mínimo nacional, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

5.24.3. Todavia, para fins de enquadramento e base de cálculo para o adicional insalubridade, devemos, primeiramente, observar o que dispõe a CCT da categoria a ser contratada pela Administração, haja vista que poderá, em virtude do art. 611-A, estabelecer o enquadramento do grau de insalubridade e o piso salarial como referência de base de cálculo.

5.24.4. A CLT estabelece que a eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá somente na hipótese de (I) adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância e (II) a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

5.24.5. Desse modo a contratada deverá providenciar laudo para verificar a ocorrência de exposição de riscos dos postos contratados, num prazo máximo de 60(sessenta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.24.6. O laudo de insalubridade emitido por autoridade competente poderá ser objeto de avaliação, que será realizada pela equipe técnica da Coordenação de Saúde do Trabalhador (CST), da Coordenação-Geral de Pessoas (Cogepe) da Fiocruz.

5.24.7. Constatada a incidência de algum dos adicionais, a empresa fica obrigada a pagá-lo a todos os empregados respectivos desde o início da execução dos serviços, e, nesse caso, também haverá direito à revisão de preços, conforme preveem os arts. 135 e 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.24.8. De acordo com a descrição das atividades dos postos e baseado nos laudos dos últimos contratos objeto deste estudo, o grau máximo de insalubridade atinge somente 20%, isto porque as atividades não ocorrerão à exposição de agentes nocivos constante e de grau elevado. Assim, para efeito de isonomia das propostas, será considerado o grau máximo de 20% sobre o salário mínimo nacional.

5.24.9. Caso o laudo indique que não há exposição a riscos insalubres ou de periculosidade da totalidade dos postos, ou em percentual menor do que o previsto, os valores destes adicionais serão corrigidos na Planilha de Custos, por apostilamento.

5.24.10. A Contratada deverá entregar à Fiscalização da Fiocruz, até o dia 30 (trinta) do início do contrato, contado a partir de sua assinatura, como em todas as possíveis prorrogações anuais, os seguintes documentos:

- a - Gerenciamento de riscos ocupacionais;
- b - Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos;
- c - Laudo de Insalubridade e Periculosidade;
- d - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- e - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT);

5.25. A Contratada deverá entregar à Fiscalização da Fiocruz, até o dia 30 (trinta) do início do contrato, contado a partir de sua assinatura, como em todas as possíveis prorrogações anuais, os seguintes documentos:

5.25.1. Gerenciamento de riscos ocupacionais;

5.25.2. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);

5.26. Todos esses documentos deverão estar assinados (originalmente à caneta, não sendo aceitas cópias) e com os devidos carimbos das autoridades competentes pela elaboração deles, contendo o respectivo número de registro profissional.

5.27. Caso o ambiente de trabalho terminado, previsto no subitem 1.1, deste termo de referência apresente dois riscos distintos (insalubridade e periculosidade), caberá ao trabalhador fazer a opção do adicional que lhe for mais vantajoso, em face do entendimento do Tribunal Superior do Trabalho que decidiu que não cabe cumulação de adicional de insalubridade e periculosidade.

5.27. Uniformes/EPIs

5.27.1. Não haverá fornecimento de uniformes e EPIs.

5.28. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.28.1. A Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

6.2. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.2.1. Os serviços serão acompanhados no seu dia a dia pela fiscalização técnica e administrativa, para acompanhar as questões elencadas no Art. 40 da IN Seges/MP nº 05/2017 e pelo Gestor da Execução do Contrato que irá coordenar as ações, bem como os atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para os procedimentos que envolvam prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções dentre outros. Vale frisar que os fiscais serão servidores públicos nomeados pela Fiocruz.

6.2.2. Os mecanismos de comunicação que serão estabelecidos entre a Contratante e a Contratada serão, em um primeiro momento, os relatórios de recebimento provisório e definitivo junto com os relatórios de atividades para aferição da qualidade da prestação dos serviços. Além de ofícios, cartas e e-mails da Gestão do contrato endereçados a Contratada entregues ao seu representante na Fiocruz - nesse caso, ao preposto da empresa - para as providências que se fizerem necessárias ao pleno atendimento das necessidades do serviço.

6.2.3. A forma de aferição/medição dos serviços prestados, será realizada pela fiscalização, por intermédio de relatório de recebimento provisório que será enviado para o Gestor do contrato para que este, após análise, possa autorizar ou não a liberação da confecção da nota fiscal da prestação dos serviços da Contratada.

6.2.4. A unidade de medida que melhor se adequa à esta contratação é o posto de trabalho, utilizando como base as contratações pretéritas desse objeto. Sendo a unidade de medida a forma reconhecida para atender à Contratante de maneira eficaz, em consonância com os desdobramentos da prestação do serviço que está sendo contratado.

6.2.5. Não se aplica ao objeto desta contratação o critério de remuneração da contratada por quantidade de horas de serviço.

6.2.6. O método utilizado para o cálculo adotado para as quantidades e os tipos de postos necessários à contratação utilizaram como parâmetros as contratações anteriores do objeto em tela, onde as quantidades de postos previstas nesta contratação se mostraram eficientes aos objetivos traçados pela Contratante dentro das necessidades enfrentadas em seu dia a dia.

6.2.7. Não será permitido que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em comprovada necessidade do serviço, neste caso deverá ser formalmente justificada pelo fiscal e ter o aval do Gestor do Contrato, que informará à Contratada da necessidade, aplicando os limites impostos pelas legislações trabalhistas vigentes.

6.2.8. Assim, alguns postos contratados poderão ter seus horários de trabalho flexibilizados, conforme orientação da Contratante, jamais excedendo a carga horária contratada e tão pouco realizando o pagamento de adicional noturno ou horas extras trabalhadas adotando, quando necessário, o instituto do banco de horas.

6.2.9. Os critérios de adequação do serviço quanto a qualidade esperada pelo Contratante, tendo em vista a unidade de medida adotada, são postos preenchidos dentro das qualificações descritas neste instrumento e a disponibilidade dos insumos, uniformes e EPIs previstos neste TR.

6.2.10. Os indicadores mínimos para aferição da qualidade desta contratação estarão vinculados à aprovação dos relatórios de atividades emitidos pelos fiscais do contrato.

6.2.11. Fatores imprevisíveis ao contrato, como paralisações das atividades dos servidores da Fiocruz, quedas de energia elétrica, enchentes, violência urbana nas proximidades da Instituição, dentre outras situações poderão alterar a prestação dos serviços.

6.2.12. Por ser tratar de uma contratação que tem em seu escopo a prestação de serviços por postos de trabalho, os indicadores relevantes e adequados para este tipo de contratação se dão pelo preenchimento efetivo destes postos, de acordo com a demanda da Contratante.

6.2.13. Os relatórios de atividades elencados neste instrumento deverão ser preenchidos com as atividades previstas. O não cumprimento do mínimo das atividades esperadas acarretará o não pagamento completo da fatura, por deficiência no desempenho integral de suas atividades previstas nesta contratação, conforme prescrito neste instrumento.

6.2.14. O não cumprimento dos objetivos e metas esperados por essa contratação no todo ou em parte conforme o indicador estabelecido para essa contratação, assim como dos demais itens previstos neste TR, poderão após análise da Contratante acarretar a ruptura contratual com a Contratada.

6.2.15. Na hipótese de comportamento de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.2.16. Mediante análise do fiscal, por meio do relatório de atividades ou de suas vistorias diárias, a Contratada estará sujeita a glosa no seu faturamento mensal quando o posto de trabalho deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada ou ainda quando da cobrança indevida de alguma rubrica. Os cálculos dessas glosas serão realizados de acordo com o número de dias e horas trabalhados ou das quantidades de erros identificados.

6.2.17. As garantias da execução contratual desta contratação estão previstas neste TR.

6.2.18. Quando da garantia contratual, deverá ser incluída a previsão de cobertura para o eventual pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários não quitados pela contratada.

Preposto

6.3. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado. A Fiocruz entregará ao contratado Instrução de Trabalho (I.T), onde constará os prazos para execução das demandas.

6.4. O preposto deverá ter as qualificações técnicas para ocupação do posto devendo ser apresentado currículo ao gestor/fiscal do contrato.

6.5. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto de segunda à sexta-feira no horário de 8h às 17h, em função da especificidade do serviço.

6.6. A Fiocruz poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro profissional para o exercício da atividade.

6.7. A Contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as determinações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

6.8. Na designação do Preposto é vedada a indicação dos próprios funcionários (responsáveis pela prestação dos serviços junto à Fiocruz) para o desempenho de tal função.

6.9. A Contratada deverá instruir seu Preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da Fiocruz ou da Fiscalização do contrato, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, desde que de acordo com a legalidade, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

6.10. São atribuições do Preposto, dentre outras:

6.10.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências da Fiocruz;

6.10.2. Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e das instalações da Fiocruz colocados à disposição dos empregados da Contratada;

6.10.3. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades da Fiocruz e da Fiscalização do contrato;

- 6.04.4. As comunicações entre a Fiocruz e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.10.5. Apresentar informações e/ou documentação solicitada pelas autoridades da Fiocruz e/ou pela Fiscalização do contrato, inerentes à execução e às obrigações contratuais, a qualquer tempo;
- 6.10.6. Reportar-se à Fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços e das demais obrigações contratuais;
- 6.10.7. Relatar à Fiscalização do contrato, pronta e imediatamente, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada;
- 6.10.8. Garantir que os funcionários se reportem sempre à Contratada, primeiramente, e não aos servidores /autoridades da Fiocruz, na hipótese de ocorrência de problemas relacionados à execução contratual;
- 6.10.9. Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados;
- 6.10.10. Encaminhar à Fiscalização do contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como toda a documentação complementar exigida neste TR;
- 6.10.11. Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, ou de qualquer outra documentação encaminhada, sempre que solicitado;
- 6.10.12. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados, respondendo perante a Fiocruz por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.
- 6.10.13. O preposto deverá atuar como facilitador das mudanças de comportamento dos empregados da contratada com relação às boas práticas de sustentabilidade.
- 6.10.14. A Fiocruz fornecerá sala com mesa e cadeira, para ocupação do preposto, devendo a contratada providenciar: telefone, internet, computador, impressora e materiais de escritórios.

Rotinas de Fiscalização

- 6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos .

Fiscalização Técnica

- 6.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.18. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo do TR para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.19. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.20. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.26. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.27. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas descritas na Instrução de Trabalho(IT), da gestão do contrato.

6.28. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.29. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.30. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.31. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.32.O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.33. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.34. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.35. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.36. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.37. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.38.O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.38.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.38.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.38.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.38.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.39. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.39.1. O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;

6.39.2.O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;

6.39.3. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

6.39.4. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.40. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.41.O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.41.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.41.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.42. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.43. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.44. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas descritas na Instrução de Trabalho(IT), da gestão do contrato.

6.45. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.46. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.46.1. No caso de empresas regidas pela CLT:

6.46.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.46.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.46.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.46.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

6.46.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.46.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.46.1.2.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;

6.46.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.46.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.46.1.3. entrega, quando solicitado pelo Fiocruz, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.46.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.46.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.46.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.46.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.46.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.46.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.46.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.46.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.46.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.46.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.46.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.47. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.40.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.48. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.40.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.49. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.50. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo sindicato dos empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.51. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o item anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.52. Não haverá pagamento adicional pela Fiocruz à Contratada em razão do cumprimento das obrigações

6.53. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.54. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.55. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

- 6.56. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho (MT).
- 6.57. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.58. A Fiocruz poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.59. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Fiocruz comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.60. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias, a Fiocruz poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.61. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Fiocruz para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.62. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da Contratada.
- 6.63. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.64. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.65. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.66. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da IN Seges/MP nº 5/2017, cuja incidência se admite por força da IN Seges/ME nº 98/2022 de 26 de dezembro de 2022.
- 6.67. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.68. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.68.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
 - 6.68.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.[A1]
- 6.69. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.69.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
 - 6.69.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.70. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.71. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.72. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.73. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.74. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.75. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.76. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.76.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.76.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.77. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.78. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.79. Cabe ao gestor do contrato:

6.79.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.79.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.79.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.79.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.79.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.79.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.79.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.79.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.79.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.79.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.80. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o IMR, conforme previsto no ETP, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para aceitação do serviço, para fins de pagamento e/ou eventual glosa, considerará:

7.4.1. a unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

7.4.2. os critérios de qualidade para a execução contratual;

7.4.3. os indicadores mínimos de desempenho.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246/2022).

7.6. O prazo para recebimento provisório a será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246/2022).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246/2022)

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021)

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TR e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos **definitivamente** no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246/2022).

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal/Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal/Fatura ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da IN Seges/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1. o prazo de validade;

7.23.2. a data da emissão;

7.23.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4.. o período respectivo de execução do contrato;

7.23.5. o valor a pagar; e

7.23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

7.25. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicafe ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao Sicafe e Cadin, para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada a sua notificação por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a sua situação ou, no mesmo prazo, apresente a sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal, quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da IN Seges/ME nº 77/2022.

7.32. No caso de atraso pela Fiocruz, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, IPCA índice de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.37. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.38. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.38.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.38.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.39. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.39.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.40. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.41. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.42. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.43. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.44. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.44.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.44.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.44.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.]

7.44.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.44.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.44.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.45. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.46. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.47. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.48. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.49. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.50. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.51. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.52. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.54. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.55. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.56. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.57. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30(trinta) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.58. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.59. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.60. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.61. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.62. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.63. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.63.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento

Cessão de crédito

7.64. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.65. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.66. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429/1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.67. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.68. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

7.69. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

7.70. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.71. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.72. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.73. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.74. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.74.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.74.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.74.3. Multa sobre o FGTS; e

7.74.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.75. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.76. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.77. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.78. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.79. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.80. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.81. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.82. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.83. Nos casos de rescisões contratuais por acordo entre empregado e empregador, nos termos do art. 484-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a multa do FGTS devida ao trabalhador será de 20%, em vez dos 40% usualmente previstos. Considerando que, durante a vigência do contrato, os recolhimentos serão efetuados com base na multa de 40%, a Administração Pública glosará a diferença correspondente aos 20% dos créditos devidos à contratada. Caso o saldo de crédito da contratada seja insuficiente para cobrir o valor, a diferença será via Guia de Recolhimento da União (GRU), com prazo máximo de 30 (trinta) dias para pagamento.

7.83.1. Caso a contratada não comprove a quitação da multa de 40% do FGTS ao trabalhador, não possua saldo de crédito para glosa dos 20% da diferença da multa e não efetue a devolução devida à Administração por meio da GRU no prazo máximo de 30(trinta) dias, será instaurado processo administrativo para apuração de descumprimento de responsabilidade e eventual aplicação das sanções cabíveis e sendo o caso, abertura de processo para inscrição na dívida ativa.

7.83.2. A aplicação da multa de 20% do FGTS, nos termos do art. 484-A da CLT, representa benefício patrimonial à contratada. Sendo assim, é vedado à Administração Pública assumir o ônus decorrente dessa redução.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,7% (ze ro vírgula sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.2.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.2.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, 0,5% (zero cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.2.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (zero cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.2.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (zero cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.2.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90(noveenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNE

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será a empreitada por preço unitário, onde o preço é fixado por unidade determinada e os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais aos orçados pela Administração a não ser quando a Convenção coletiva de trabalho for mais benéfica:

9.3.1. salário-base total para 47 postos R\$ 122.688,07

Cargo	Salário 2026
Analista em Informação em Saúde	R\$ 6.823,81
Arquiteta(o) Especialista em Acústica Ambiental	R\$ 8.718,73
Assistente Social	R\$ 6.823,81
Educador Físico	R\$ 6.823,81
Enfermeiro(a) do Trabalho	R\$ 7.358,65
Analista de Gestão em Saúde do Trabalhador	R\$ 8.600,00
Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho	R\$ 8.718,73

Farmacêutico(a)	R\$ 6.823,81
Fisioterapeuta	R\$ 6.843,78
Médico(a) do Trabalho	R\$ 11.103,86
Médico(a) do Trabalho	R\$ 11.103,86
Nutricionista	R\$ 6.823,81
Psicólogo(a) em Saúde do Trabalhador	R\$ 6.823,81
Técnico(a) de Enfermagem do Trabalho	R\$ 4.911,47
Técnico(a) de Enfermagem do Trabalho	R\$ 4.911,47
Técnico(a) de Segurança do Trabalho	R\$ 4.852,07
Técnico(a) de Segurança do Trabalho	R\$ 4.852,07

9.3.2 auxílio-alimentação, no valor de R\$ 44,00; per capita

9.3.3 benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:

9.3.3.1. Plano de saúde, no valor máximo per capita de R\$ 464,89

9.3.3.1.1 Para este item, na hipótese de previsão de valor superior em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), a contratada deverá arcar com a respectiva diferença, não havendo obrigatoriedade de ressarcimento por parte da Fiocruz.

9.4. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.5. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.6. Os valores orçados pela Administração constam na planilha em Anexo.

Exigências de habilitação

9.7. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.8. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.9. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.11. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União (DOU) e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme IN DREI/ME nº 77/2020.

9.13. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.15. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.16. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.23. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.26. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.27. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.28. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais], já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.29.Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.30. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

9.31. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.32. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.33. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.34. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.35. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo Anexo deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a

iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.35.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.35.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.36 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.37. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.37.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.38. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso

9.39. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.39.1. contratos que comprovem da experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o o somatório de atestados de períodos diferentes.

9.39.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.40. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.41. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.42. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.43. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.44. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório na cidade do Rio de Janeiro, a ser comprovado no prazo máximo de 90 (noventa) dias contado a partir da vigência do contrato.

9.45. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.46. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.47. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.48. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.49. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.50. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.51. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.52. Não será admitida a participação de cooperativas.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 10.767.965,48(dez milhões, setecentos e sessenta e sete mil, novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na planilha de formação de preços em anexo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 254420

II) Fonte de Recursos: 1002

III) Programa de Trabalho: 172771

IV) Elemento de Despesa: 339034

V) Plano Interno: A1GPE

VI) Ação: 2000

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2026

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIMAR GOMES PEREIRA JUNIOR

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 09:55:47.

LUCIANA BICALHO CAVANELLAS

Equipe de apoio

ANDREA DA LUZ CARVALHO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 09:48:48.